

Criação do STJ com os regionais custará caro

BRASÍLIA — Serão necessários cerca de Cz\$ 18,5 bilhões para a transformação do Tribunal Federal de Recursos (TFR) em Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a instalação dos cinco tribunais regionais federais — em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Brasília e Recife —, que, além das obras, reformas e imobiliário, serão gastos na contratação de 300 funcionários para a mais nova corte da Justiça criada pela Constituição.

— É muito dinheiro, mas precisamos dele para a reorganização do tribunal, pelo menos até junho próximo — diz o presidente do TFR e do Conselho de Justiça Federal, ministro Evandro Gueiros Leite, que já negocia com os demais 26 ministros do TFR e com a comissão mista de orçamento do Congresso a quem caberá a decisão sobre os recursos.

Os ministros do TFR e do futuro STJ decidiram ontem quais as cidades onde serão instalados, dentro de 180 dias, os novos tribunais regionais federais. Rio, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife foram escolhidas porque são as que mais têm processos ajuizados em seções judiciárias de primeira instância nos últimos anos.

Na terça-feira, o presidente do TFR encaminhará a decisão ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, que informará o

presidente José Sarney. No mesmo dia, os cinco projetos de lei sobre as instalações dos tribunais serão enviados ao Congresso Nacional para apreciação. Depois de instalados esses tribunais, o STJ enviará ao Congresso projeto de lei sobre sua instalação.

Depois de instalado, o que deverá acontecer dentro de seis meses, o STJ vai contar com mais seis ministros (ao todo serão 33), escolhidos pelo presidente Sarney e aprovados pelo Senado. Serão, necessariamente, desembargadores. A escolha já está mexendo na política interna do tribunal, a tal ponto que se chegou a instaurar-se a dúvida, entre os atuais 27 ministros, sobre a sucessão do presidente do TFR, Evandro Gueiros Leite, em junho próximo. Pelo processo de antiguidade, seu sucessor natural seria Washington Bolívar, mas os novos integrantes poderão introduzir modificações.

O STJ dividirá muitas das atribuições do Supremo, mas ainda pairam dúvidas sobre até que ponto se diferenciam os níveis de competência.

— No início, vai ser um jogo de empurra-empurra de tribunal para tribunal, até que a Constituição seja devidamente entendida e aplicada — confiou um magistrado.